

MST, VIA CAMPESINA E EDUCAÇÃO: INTEGRAÇÃO E O INSTITUTO DE AGROECOLOGIA LATINO AMERICANO (IALA) GUARANY  
Fernando José **Martins** – UNIOESTE - Campus Foz do Iguaçu

### **Introdução**

As categorias que se encontram presentes no texto são amplas: movimentos e classes sociais, internacionalismo, integração latino-americana, campo, agroecologia. Os sujeitos pesquisados também vão da Via Campesina ao MST, repousando em um grupo de sujeitos de uma experiência em andamento. Essa ampla gama de referências indica a necessidade de uma explanação clara de elementos metodológicos tomados. Há uma revisão bibliográfica e conceitual sobre categorias gerais, MST e Via Campesina e, no limite de fontes, também acerca das experiências de cooperação do MST com o IALA Guarany. São usadas aqui fontes primárias, como documentos dos movimentos abordados. Por fim, a experiência de contato direto com a realidade pesquisada e, ainda, uma série de entrevistas não estruturadas com os integrantes do MST destacados para acompanhar a experiência em questão completam o circuito de fontes. Tal forma de coleta de informações pode dar a impressão de apontamentos não fundamentados, principalmente, durante a narrativa da experiência, o que se quer evitar apontando aqui a origem de tais informações.

O movimento de apresentação em espiral parte de elementos gerais do MST, aborda questões como integração, agroecologia, vai até a Via Campesina e retorna ao MST, comum debate a cerca da especificidade das ações no Paraguai.

### **MST, Campo e integração**

Para compreender o ponto de vista que será aqui desenvolvido, até chegar ao ponto da atividade de cooperação do MST no Paraguai, é necessário partir de alguns conceitos básicos. Além do próprio MST, é importante destacar qual a visão de Campo que tal movimento detém, pois essa visão culmina no conceito de agroecologia, que é base da experiência relacionada. E, ainda, é necessário destacar que tais apontamentos sobre o campo são justamente o ponto de convergência entre o MST e as lutas de integração Latino Americana e mundiais.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST - é um movimento social de massas que pode ser destacado como uma das mais relevantes referências contemporâneas no que

tange aos debates acerca de reforma agrária e movimentos sociais. Na academia, há várias obras, teses, dissertações e livros em várias áreas do conhecimento, sendo as mais recorrentes: geografia, história, educação, sociologia, ecologia, direito, letras, entre outras. Boas referências podem ser encontradas nos compêndios de MORISSAWA (2001) e FERNANDES (2000). Contudo há críticas também, como as contidas na totalidade da obra de ROSENFELD (2008). Porém, não há possibilidades de conceituar um movimento social, sem a auto-denominação dos sujeitos que o constituem. O MST, em seu site na internet, no tópico denominado “quem somos”, além de efetuar um histórico das lutas agrárias no Brasil, conclui a definição com a seguinte afirmação: “Hoje, completando 25 anos de existência, o MST entende que seu papel como movimento social é continuar organizando os pobres do campo, conscientizando-os de seus direitos e mobilizando-os para que lutem por mudanças” Na continuidade do texto, afirma sua abrangência e seu projeto: “Nos 23 estados em que o Movimento atua, a luta não só pela Reforma Agrária, mas pela construção de um projeto popular para o Brasil, baseado na justiça social e na dignidade humana”. Compreendendo que a auto-apresentação pode ser tendenciosa, complementa-se: O MST é um movimento de massas, de classe social claramente definida e pode-se afirmar que é o movimento social mais ativo e abrangente do Brasil contemporâneo. O MST é um movimento social que se alinha a uma perspectiva social contra-hegemônica frente ao sistema metabólico societal no qual impera o capitalismo enquanto forma hegemônica. Assim, a própria organização em torno de sua demanda específica (a reforma agrária a questão agrária, e a produção nesse espaço) reproduz a disputa hegemônica.

De modo geral, pode-se localizar essa disputa entre as perspectivas situadas nos territórios do agronegócio e do campesinato, que, de maneira bastante simplificada, pode significar que o primeiro está pautado na produção para o mercado e o segundo na agricultura familiar. Diferenciação primária expressa por Bernardo Mançano Fernandes nos seguintes termos:

Temos dois campos, porque os territórios do campesinato e os territórios do agronegócio são organizados de formas distintas, a partir de diferentes relações sociais. Um exemplo importante é que enquanto o agronegócio organiza seu território para a produção de mercadorias, o grupo de camponeses organiza seu território, primeiro para sua existência, precisando desenvolver todas as dimensões de sua vida. (...) A paisagem do território do agronegócio é homogênea, enquanto a paisagem do território camponês é heterogênea. A composição uniforme e geométrica da monocultura se caracteriza pela pouca presença de pessoas no território, porque sua área está ocupada por mercadoria, que predomina na paisagem. A mercadoria é a expressão do território do agronegócio. A diversidade dos elementos que compõe a paisagem do território camponês é caracterizada pela grande presença de pessoas no território, porque é

nesse e desse espaço que constroem suas existências, produzindo alimentos. (FERNANDES, 2008, p.40-1)

A partir da exposição de Fernandes, pode-se afirmar que o MST se localiza no território camponês. Os acampamentos e assentamentos do MST podem expressar e materializar as características apontadas por Bernardo, o maior contingente populacional. Isso se traduz no número de escolas nessas áreas na diversidade das culturas produzidas. E o mais significativo: a concepção da terra enquanto instrumento de produção dos meios de existência dos sujeitos que nela vivem e trabalham. Nesse sentido, o sujeito Sem Terra compreende a terra além dos princípios de mercado. Prova disso é que, na condição de acampado, em que a posse da terra não é definitiva, esses sem terra já trabalham nela, produzem alimentos, constroem espaços para a educação de seus filhos, a utilizam como moradia, ainda que em condições precárias.

Essas considerações refletem até mesmo na forma de organização e posicionamento acerca da questão agrária e da produção também. No caso do MST, a cada cinco anos, o movimento realiza um Congresso Nacional que reafirma linhas políticas para o movimento. O último desses congressos foi realizado em 2007 e vários pontos reafirmados revelam a perspectiva de produção, de agricultura e de campo para o movimento. O ponto cinco do movimento expõe as premissas da sustentabilidade social e da defesa da relação simbiótica com o meio ambiente ao manifestar a preocupação de: “Lutar contra as derrubadas e queimadas de florestas nativas para expansão do latifúndio. Exigir dos governos ações contundentes para coibir essas práticas criminosas ao meio ambiente. Combater o uso dos agrotóxicos e a monocultura em larga escala da soja, cana-de-açúcar, eucalipto, etc.”.

Em outro ponto do documento citado, mais precisamente no item onze do referido documento, o MST, além de reforçar os princípios destacados anteriormente, apresenta um debate que merece destaque na presente análise. O item aponta a necessidade de: “Defender as sementes nativas e crioulas. Lutar contra as sementes transgênicas. Difundir as práticas de agroecologia e técnicas agrícolas em equilíbrio com o meio ambiente. Os assentamentos e comunidades rurais devem produzir prioritariamente alimentos sem agrotóxicos para o mercado interno”. O destaque efetuado nesse ponto é a inserção no debate da categoria “agroecologia”. Categoria que apresenta uma dupla função a ser explorada no presente texto: primeiro por reforçar os posicionamentos políticos, sociais e técnicos da abordagem acerca da questão agrária que detém o MST. Em segundo lugar, uma característica bem específica desse trabalho diz respeito aos vínculos do processo educativo com a temática da integração, uma vez que a primeira “Escola Latina” do MST é

justamente de agroecologia (o que veremos no tópico seguinte). Desse modo, antes de prosseguir com o debate, são necessários apontamentos conceituais sobre essa categoria.

A agroecologia alia, em uma mesma esfera, posicionamentos políticos do que chamamos “território camponês”, com a agricultura familiar; políticos e sociais, ao tocar na questão da sustentabilidade e do ambiente, e técnicos econômicos, uma vez que se coloca como alternativa de produção. No sugestivo tópico “Agroecologia, base da sustentabilidade da agricultura”, da obra “O Campesinato no Século XXI” de Horácio Martins de Carvalho, apontam-se elementos conceituais que auxiliam na definição da agroecologia, expressos nos seguintes termos:

A base científica da agricultura orgânica é conhecida hoje como agroecologia. Esta ciência procura compatibilizar ao máximo os sistemas produzidos com a dinâmica do meio ambiente. O uso de produtos químicos é reduzido ao mínimo ou eliminado, substituído pela ciclagem de nutrientes, equilíbrio ambiental para reduzir a incidência de pestes e doenças e a seleção de variedades para maior adaptação às condições ambientais. Os sistemas agroecológicos procuram a diversidade e complexidade naturais dos ambientes onde se dá a produção e são, portanto, também bastante diversificados e complexos. (CARVALHO, 2005,p.383).

O excerto acima evidencia o conceito de agroecologia, com ênfase em seu aspecto técnico, o que o autor amplia na totalidade do texto. Contudo, há outro mérito já destacado quando da explicitação dos territórios distintos no embate acerca da questão agrária, que é política esocial: a dimensão da sustentabilidade, mencionada acima também. A prática da agroecologia vislumbra uma ação que tenha o ser humano e a vida no centro das relações produtivas. Por isso, há debates adjacentes como a educação do campo, cultura camponesa, políticas públicas sociais para o campo, matriz de produção, enfim, é uma compreensão de sociabilidade, que ousa dizer, uma ação por uma outra sociabilidade. Esse fator não é gratuito, está mesmo vinculado a uma perspectiva contra-hegemônica de sociedade, é o que dá visibilidade e autenticidade ao conceito, muito embora, o capital, em sua perspicaz astúcia de reprodução, busca, desde já, apropriar-se do conceito e colocá-lo a serviço do mercado, tendo como estratégia, entre outras, o discurso da responsabilidade social, do politicamente correto, enfim, criando um nicho de mercado dos produtos agroecológicos. Ressalta-se que a agroecologia é também a plataforma de ação política que relaciona três aspectos do presente trabalho: a Via Campesina, cuja agroecologia está na base de sua práxis e de sua produção teórica; o MST, que segue os pressupostos da Via Campesina e, por fim, o curso que é base material da presente produção, o curso superior em Agroecologia, do IALA-Guarany, cujo nome dispensa mais comentários em torno da articulação com a temática.

## **Atividades Educativas Institucionais e Integração no MST**

É necessário sinalizar que o MST não tem uma rede de escolarização independente, fora do sistema oficial de ensino. Há muitas escolas localizadas no interior de acampamentos e assentamentos do MST, todas escolas públicas, que compõem o sistema oficial de ensino, dos respectivos sistemas estaduais e municipais. Entretanto, por localizarem-se nas referidas áreas, tais escolas carregam particularidades. Muitas delas foram conquistadas pelos sujeitos do MST que enquanto movimento, possui, no interior de sua organização, um setor específico para as questões educacionais. O Setor Educação. Esse setor sustenta o que pode ser denominado de Pedagogia do MST. Para expressar o significado, poderia me utilizar dos próprios documentos do movimento, porém, ao realizar um glossário pedagógico, Dermeval Saviani, ao conceituar a Pedagogia da Terra, define bem a prática: “a pedagogia da terra, assume também o significado de luta pela terra, trabalho na terra, ocupação da terra, vida nos assentamentos, resistência para manter as ocupações.” (SAVIANI, 2008,p.203). O Setor Educação do MST reforça tal perspectiva de vinculação entre os processos sociais e educacionais e efetiva esse reforço através da construção de subsídios teóricos e metodológicos para as práticas realizadas nas escolas localizadas em acampamentos e assentamentos do movimento.

Os subsídios sistematizados pelo Setor Educação<sup>1</sup> se alicerçam em um documento denominado “*Princípios da Educação no MST*”. A partir daí, é elaborada uma série de orientações temáticas, documentos específicos a cada nível, modalidade de ensino, fundamentações de categorias fundamentais, como o trabalho, cooperação, coletividade, entre outras. As problematizações acerca da integração latino americana no que diz respeito ao conteúdo escolar estão concentradas no seguinte documento: “*Ensino de 5a a 8a série em áreas de assentamento: ensaiando uma proposta*”.

Esse caderno em especial trata de orientações metodológicas e curriculares para o ensino a ser ministrado no segundo ciclo do ensino fundamental em escolas que se localizam no interior de áreas do MST. Faremos aqui a transcrição dos conteúdos curriculares e suas áreas que versam sobre a temática da América Latina, na perspectiva da integração, que é um conceito fundamental para a práxis de colaboração exposta na sequência. Ou ainda, como sinaliza o próprio documento, quando o mesmo elenca os objetivos do material, com a perspectiva de: “Desenvolver

---

<sup>1</sup> A Maioria dessa sistematização pode ser localizada no documento: MST. **Dossiê MST Escola** – Documentos e Estudos 1990-2001. Caderno de Educação. n. 13 – edição especial, Veranópolis: Iterra, 2005.

uma formação política, ideológica e ética coerente com os objetivos e princípios do MST e que fortaleça a consciência de classe trabalhadora e a indignação frente às injustiças que acontecem na sociedade, especialmente na nossa grande pátria latinoamericana”. (MST, 2005, p.140). Ou seja, além do próprio ensino curricular de fenômenos que compõe o saber historicamente acumulado vinculados ao debate da América Latina, o MST objetiva também difundir uma compreensão que lhe é própria acerca da integração dos povos latino-americanos.

Nesse sentido, o ponto de partida curricular é a vinculação da história do Brasil com a própria história do movimento que, para eles, é a história dos povos da América Latina, conforme consta do material, acerca do ensino de história, componentes dos temas geradores propostos para o trabalho nas escolas:

Neste eixo poderão ser estudados: a história da luta pela terra no Brasil e na América Latina; o que é e qual a história do MST; como está organizado em todo o país; quais os desafios de cada conjuntura; as formas de luta; os objetivos; os princípios e normas; os símbolos, as canções, os materiais de vários setores; o que é Reforma Agrária; quem é contra e quem é a favor; a relação campo-cidade; a relação do MST com outras organizações; análise da jornada de lutas que estejam acontecendo; a questão da violência no campo; as leis relacionadas à questão agrária... (MST, 2005, p.144)

Por se tratar de um ponto do documento que sinaliza o trabalho com temas geradores (proposta de trabalho que parte da realidade dos estudantes), não se localiza formalmente uma “relação de conteúdos escolares” na passagem anterior. Contudo, no interior da perspectiva de trabalho adotada, fica claro o objetivo de estabelecer relações entre a história, que parte do concreto, do local e, ao aludir o global, não toma a referência tradicional eurocêntrica, mas da América Latina. Mas isso não implica em dizer que o MST abdica de estudar outros fenômenos históricos.

Assim, nessa dimensão de acréscimo aos conteúdos escolares, pode-se destacar a inserção da temática em outras áreas. Na literatura, o debate tem “Os objetivos: desenvolver o hábito de leitura; conhecer e analisar as principais correntes de literatura brasileira e latino-americana.” (MST, 2005, p.149). Fato importante, pois na escola tradicional, mesmo fenômenos literários como Eduardo Galeano, Jorge Luiz Borges ou Pablo Neruda não são privilegiados, quando muito são abordados nos debates universitários. No mesmo sentido, em relação ao ensino de língua estrangeira, que é hegemonicamente o de língua inglesa nas escolas convencionais, o MST propõe, respaldando-se na já referida dimensão da integração latino-americana, o ensino de língua espanhola. E, como estratégia para tanto, propõe: “Para que esta aprendizagem avance mais rapidamente, o melhor será colocar os alunos em contato freqüente com a língua: seja promovendo

audição de canções latino-americanas, seja trazendo visitantes de língua espanhola, seja localizando alguma rádio dos países vizinhos...” (MST, 2005, p.153).

O último comentário diz respeito ao ensino de geografia que, de acordo com as séries cursadas, o movimento propõe uma compreensão social, que vá desde sua localização de origem, até as dimensões globais, sinalizando, especificamente, o debate sobre a América Latina, nos seguintes termos:

Assim, por exemplo, na 5ª série os conteúdos deveriam ser os que possibilitem o entendimento do processo de produção do espaço geográfico, partindo do assentamento. Na 6ª série, o processo de produção do espaço brasileiro. Na 7ª série, do espaço latino-americano. E, por fim, na 8ª série, a produção do espaço mundial. (...) A América Latina e a formação dos novos mercados regionais: Mercosul, Nafta... (MST, 2005, p.151-2)

Essas referências fazem parte da ação institucional de ensino nos processos inseridos nas redes convencionais de educação. Especificamente no ensino fundamental de segundo ciclo. Para concluir essa análise, além de considerações gerais sobre as ações de integração, resta observar duas outras iniciativas pontuais do MST em torno da problemática da América Latina.

Uma primeira experiência a ser relatada é um curso de especialização, cuja temática é justamente a América Latina. Em parceria entre o MST, por meio da Escola Nacional Florestan Fernandes e a Universidade Federal de Juiz de Fora, em Minas Gerais, o curso aborda a questão da integração, tanto em conteúdo, quanto na forma, pois atende estudantes de vários países. Segundo registro científico, (BEZERRA, et. al., 2007):

A iniciativa de se desenvolver um Curso de Especialização em Estudos Latino Americanos veio no sentido de entender e fortalecer os processos históricos na América Latina, suas contradições e superações possíveis, buscando caminhos para uma integração soberana, que respeite a autodeterminação dos povos e a cultura histórica que lhes são próprias, assim como suas riquezas materiais. (BEZERRA, et. al., 2007, p.11)

Quanto ao funcionamento do curso, cabe salientar que a iniciativa encontra-se hoje na terceira edição. Em relação aos dados, a referência é efetuada a partir da experiência da primeira turma. “O curso foi desenvolvido em 5 etapas, nos períodos de férias da UFJF, entre junho de 2003

e agosto de 2005. Foi organizado em 15 disciplinas, ministradas por professores e assessores de todo o Brasil e da América Latina, através de trabalho voluntário” (...) ainda em termos de números, o “resultado” da atividade, determina os seguinte “produtos”: “Ao final do curso foram elaboradas 37 monografias” ,(...)que se relacionaram às “grandes questões relacionadas às lutas sociais na América Latina e aos desafios postos às organizações populares no continente”. (BEZERRA, et. al., 2007, p.13).

Uma outra iniciativa que pode ser aqui relacionada é a Escola Latino-Americana de Agroecologia (ELAA), localizada no município da Lapa, no Paraná. Inaugurada em 27 de agosto de 2005, tem um duplo intuito: realizar a produção científica e recursos humanos para sua operacionalização, condizente com a proposta da agroecologia e, ainda, criar uma dinâmica de intercâmbio entre os camponeses e integrantes de movimentos sociais da América Latina. Localizada no interior de um assentamento do MST, subsidiada por instituições públicas, como o governo do Estado do Paraná, Universidade, em parcerias específicas com cursos, o foco central é a agroecologia, que tem no curso médio integrado sua manifestação prática. Ainda sobre a implantação da escola, pode-se dizer que “A proposta de criação desta escola foi firmada em um protocolo de intenções assinado pela Via Campesina, pelo Governo do Estado do Paraná, pelo Governo Bolivariano da Venezuela e pela Universidade Federal do Paraná, no 5º Fórum Social Mundial (janeiro de 2005), em Tapes, Rio Grande do Sul” (FRIGO, 2008: p.34). Sobre essa iniciativa, há ainda poucos registros acadêmicos. Contudo, é uma experiência singular, pois já nasce visando à integração dos movimentos sociais do campo da América Latina. O projeto da ELAA está inserido no debate dos Institutos Latino Americanos de Agroecologia – IALA, pautados pela Via Campesina. Antes de relatar a trajetória integração do MST na iniciativa paraguaia, é necessário tecer considerações, ainda que breves, acerca da Via Campesina.

### **Via Campesina**

O movimento internacional de agregação de camponeses, intitulado como Via Campesina<sup>2</sup>, é um sujeito social de suma importância para a revigoração do conceito de classe e de ações práticas sobre a questão da cooperação internacional e, conseqüentemente, a integração latino

---

<sup>2</sup> No site da internet da Via Campesina, há uma definição para o movimento, que é importante reproduzi-la: “A Vía Campesina es un movimiento internacional de campesinos y campesinas, pequeños y medianos productores, mujeres rurales, indígenas, gente sin tierra, jóvenes rurales y trabajadores agrícolas. Defendemos los valores y los intereses básicos de nuestros miembros. Somos un movimiento autónomo, plural, multicultural, independiente, sin ninguna afiliación política, económica o de otro tipo. Las 148 organizaciones que forman la Vía Campesina vienen de 69 países de Asia, África, Europa y el continente Americano.” Disponível em: [http://viacampesina.org/sp/index.php?option=com\\_content&view=category&layout=blog&id=27&Itemid=44](http://viacampesina.org/sp/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=27&Itemid=44) acessado em 10/02/2011.



americana. Além da questão da integração, que está explícita na própria constituição do movimento internacional, há uma outra característica que também é impulsionada pela Via Campesina: a Agroecologia, que é o objeto central da experiência em tela. Nos dizeres dos documentos oficiais: “La Vía Campesina promueve una Reforma Agraria y una Soberanía Alimentaria que luchan contra los efectos de la Revolución Verde, promoviendo la agroecología, la armonía entre la producción, la naturaleza y el medio ambiente.” (VIA CAMPESINA, 2009, p.142.). Grifos nossos. Assim destacam-se as articulações desse movimento com os debates já realizados até aqui e pode-se ainda destacar que, no Brasil, o MST é um dos movimentos mais presentes da Via campesina.

Destaca-se que a Via Campesina tem sido tratada no texto como movimento social e, ainda, a própria auto definição exposta em nota de rodapé, enfatiza a expressão “movimento”. Não é uma definição pacífica, pois as características da Via Campesina são complexas, o que leva analistas a afirmarem que a Via é um espaço de congregação de movimentos sociais, ou seja, uma rede: “Em nosso entender, a Via Campesina seria uma *Rede Transnacional de Movimentos Sociais* (...) (NIEMEYER, 2007, p.63).

Contudo, o mais significativo a destacar da Via Campesina no presente trabalho, além do fato da experiência que baliza empiricamente as presentes reflexões estar inserida em uma ação organizada pela Via, são as categorias em comuns na prática desse movimento e categorias sustentatórias da reflexão aqui produzida.

A Via Campesina é, portanto, uma articulação internacional de trabalhadores que constrói sua identidade em contraposição ao modelo dominante de agricultura, afirmando a economia, a cultura, os valores, os modos de vida do campesinato. Ao mesmo tempo, busca estabelecer relações com outros movimentos e organizações, pois entende o modelo agrícola como parte do formato mais geral do capitalismo mundial na contemporaneidade. (VIEIRA, 2011, p.251)

A definição acima ressalta o caráter internacionalista, com aproximações (salvaguardados tempos históricos e condições materiais) de grandes movimentos de inspiração marxiana (VIEIRA, 2011), que tem como base o conceito de classe. O que alicerça o conceito de integração da América Latina presente no texto. Ressalta ainda o caráter contra-hegemônico, tanto dos modelos e concepções de campo, de agricultura, quanto também da organização societal imperante na sociedade capitalista.

É sobre tais pressupostos que a experiência do IALA Guarany se estabelece. Inserido num contexto social de caráter internacional, de ações colaborativas, porém com um projeto claro de sociedade.

### **A ação colaborativa do MST no Paraguai**

O presente item terá uma tarefa difícil: demonstrar o contexto e ações de colaboração do MST no Paraguai. É interessante destacar que o MST fornece militantes com formação pedagógica (ensino superior) para acompanhar a implantação de experiências de instituições de ensino em agroecologia no Paraguai. Efetuando, na prática, as observações anteriormente descritas acerca da integração latino americana. Para ilustrar esse trabalho e indicar ainda mais a contribuição do MST para a construção paraguaia, transcrevo, com uma tradução livre e adaptação textual, a explanação de educadores do MST que trabalham na experiência paraguaia. Assim, os próximos parágrafos são o relato de elementos de uma entrevista de um sujeito de pesquisa.

A criação dos Institutos de Agroecologia no Paraguai é resultado de um processo de discussão realizado por movimentos sociais populares, ONGs, movimentos e instituições afins. A ideia é criar uma rede de universidades populares com o papel de formar pessoas com capacidade de coordenar processos sociais que se orientem pela transformação social. Essa discussão é impulsionada significativamente a partir de 2005, quando governos e movimentos sociais camponeses (Governo da Venezuela, Governo Estadual do Paraná – Brasil, Via Campesina e as Universidades Brasileiras) firmam um protocolo de intenções e compromissos para o desenvolvimento de diferentes atividades conjuntas, de cooperação técnica, relacionadas com a agricultura de nossos povos. Ato formalizado no Fórum Social Mundial, em Porto Alegre e chamado de “Acordo de Tapes”.

Como parte dessa cooperação, está a criação de Institutos Agroecológicos Latinoamericanos – IALAs, uma rede de institutos que atuam na área de educação superior, possibilitando o acesso dos camponeses a esse grau de ensino, tendo em vista que, na maioria dos países envolvidos, esses camponeses se encontram excluídos desse nível educacional. Dessas iniciativas, a primeira foi inaugurada em agosto de 2005, com a criação da Escola Latinoamericana de Agroecologia (ELAA), na qual se começou a trabalhar com o primeiro grupo de estudantes no Paraná, cidade da Lapa, com o curso de Tecnologia em Agroecologia. A segunda experiência criada foi o Instituto Agroecológico Latinoamericano “Paulo Freire” na Venezuela em 2006, com uma capacidade de infra-estrutura para 1500 estudantes, iniciativa que recebeu apoio integral do governo da Venezuela.

Como parte do processo de criação da rede IALA, também se criou no Paraguai o Instituto Agroecológico Latino Americano Guarani, que teve a seleção dos estudantes de sua primeira turma de Engenharia em Agroecologia em 2010, o processo iniciou-se com um seminário preliminar na Escola Agrícola de Capibary, Departamento de San Pedro, em dezembro de 2008, a expectativa que iniciou os trabalhos em 2011.

Além do apoio governamental externo destacado, é importante salientar que o governo Fernando Lugo, marca um novo processo político paraguaio e que dá suporte à referida iniciativa.

A instalação do Instituto Agroecológico Latinoamericano Guaranié de responsabilidade das organizações membros da Via Campesina, com apoio do MST brasileiro. Essa atividade ajuda em grande medida a enfrentar o sistema de educação alienante que predomina sob o domínio do capitalismo que se apodera e privatiza o conhecimento em função do capital para a acumulação da riqueza. Com esse projeto, o povo camponês quer se munir de conhecimentos científicos mediante uma educação popular, participativa e libertadora.

Os parágrafos anteriores são a adaptação do relato já citado e evidencia tanto que as ações (que iniciaram em uma escola técnica e culminam com um curso universitário e que estão sempre acompanhadas pelo MST) resultam efetivamente em resultados concretos como, ainda, contribuem para a efetivação de um projeto mais amplo, que é coletivo e sem fronteiras.

É possível acrescentar, após coleta de dados em campo, que esse curso é coordenado por uma comissão, chamada de Comissão Político Pedagógica, da qual fazem parte vários movimentos sociais paraguaios, nomeadamente Movimento Campesino Paraguai – MCP, Mesa Coordenadora Nacional de Organização Campesinas – MCNOC, Coordenação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais e Indígenas – Conamuri, Organização de Luta pela Terra – OLT, e o MST do Brasil.

Especificamente sobre o curso, são 72 educandos e educandas, de cinco países: Brasil, Paraguai, Bolívia, Equador e Chile. Como os (as) estudantes são indicados por seus movimentos de origem, estão representados entre acadêmicos(as) no IALA Guarani as seguintes organizações: MST e Movimento dos Atingidos pelas Barragens – MAB, do Brasil; do Chile, a Federação Ranquil; do Equador, a Federação Nacional de Organizações Campesinas e Indígenas e Negras - FENOCIN; da Bolívia, o MST (mesma sigla que o brasileiro) e Assembleia do Povo Guarani - APG; e, do Paraguai, estão o Movimento Campesino Paraguai – MCP, Mesa Coordenadora Nacional de Organização Campesinas – MCNOC, Coordenação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais e Indígenas – Conamuri, Organização de Luta pela Terra – OLT, Movimento Agrário e Popular - MAP. Também encontram-se organizações que foram convidadas, porém não fazem parte da Via Campesina: Organização Campesina Regional de Concepcion - OCRC; Serviço de Paz e Justiça/Organização Campesina do Norte -SERPAJ/OCN e Associação Campesina de Maracaná – ACP.

A amplitude dos sujeitos constituintes do referido processo, seus objetivos, sua posição e luta contra-hegemonica ou somente o caráter democratizando da proposta da expansão aos sujeitos do campo do ensino superior são elementos que destacam a positividade da experiência. Ocorre que

há elementos frágeis e limites no interior desse processo. Limites impostos também pela realidade fragilizada dos sujeitos e próprias das relações de poder contra hegemônicas.

Questões de financiamento, estrutura, aparato humano, formalização, estão todas em processo de constituição, tornando a experiência bastante precária em relação a tais quesitos. E é possível localizar os tensionamentos políticos, próprios do movimento do real. Embora a proposição estadista do governo Fernando Lugo se aproxime mais de movimentos sociais, na prática, as relações de poder reproduz as relações de domínio de uma sociedade classista. E excerto de um informe atual do grupo Engenharia Sem Fronteiras sobre as pinturas existentes na escola, explicita o conflito político existente:

El compañero Ernesto Che Guevara lestuvo que abandonar hace unos meses, hoy sólo queda un borrón, consecuencia de la **última inspección judicial** el pasado mes de noviembre, durante el primer bloque del curso de nivelación. En ella también se **resolvió eliminar toda la simbología ideológica**, seña de identidad de los movimientos campesinos de la Vía Campesina, para recordar que aunque ocupado y ganado al gobierno, las instalaciones fueron cedidas al ejército paraguayo y hoy día aún siguen perteneciendo al Ministerio de Agricultura. (ISF, p.2, SD)

A patrulha ideológica é um dos elementos da complexa e tensa questão agrária local. No departamento onde fica o IALA Guarany, há concentração de grandes proprietários de terras brasileiros e também é local de concentração do movimento guerrilheiro Exército do Povo Paraguai – EPP. Assim, há uma tentativa das forças hegemônicas de vinculação da atividade educativa ali existente ao movimento guerrilheiro, ou a “intervenção” estrangeira de brasileiros. Enfim, trata-se de um processo contraditório e de dificuldades abundantes.

### **Considerações Finais**

Provisoriamente, pode-se destacar que tais ações contribuem para um efetivo processo de integração dos sujeitos sociais constituintes desse movimento e que tais princípios sinalizam como reforço na integração e internacionalização das demandas pretendidas por tais movimentos, o que se pode constatar com a ampliação dos movimentos sociais por reforma agrária, nos últimos anos, principalmente na América do Sul. Isso sem abrir mão do caráter da integração vislumbrado pelo MST, uma integração entre os povos e de caráter popular.

A contribuição que considero mais pertinente é a resistência e a utilização de categorias, que são práticas, tão atuais quanto clássicas, como é o caso de integração e internacionalismo, o próprio conceito de classe, que se relaciona ao trabalho e sujeito do campo, ou a terminologia *camponês*. Ou ainda, conceitos que à primeira vista são recentes, como *agroecologia*.

Posturas contra-hegemônicas que se inserem no quadro do clássico paradigma marxiano, ressaltando indícios –acontragosto de muitos – de que tal paradigma é ainda válido para processos investigativos, reflexão sobre o real e o elemento singular e próprio da abordagem: ponto de referência para transformações.

### Referências

BEZERRA, Cristina Simões. RODRIGUES, Maria Aparecida Grossi. PIZETTA, Adelar João. “A parceria UFJF/Escola Nacional Florestan Fernandes – MST: A experiência e a produção de conhecimentos do curso de especialização em Estudos Latino Americanos”.in*Libertas*. Juiz de Fora:edição especial, fev/ 2007. p.1-23.

CARVALHO, Horácio Martins. *O campesinato no século XXI – possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil*. Petrópolis:Vozes, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *A Formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. “Educação do Campo e Território Camponês no Brasil.”in: SANTOS, Clarice Aparecida. (Org.) *Por uma educação do campo; Campo – Políticas Públicas*. Brasília:Incrá/MDA, 2008.p.39-66.

FRIGO, Simone. “*A luta é nossa escola*” Educação e Formação Política no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Curitiba: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. (Mestrado em Antropologia Social). UFPR, 2008.

MORISSAWA, Mitsue. *A História da Luta pela Terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MST. *Cartado 5º Congresso Nacional do MST*. Brasília: 2007. (Mimeo)

MST. “Ensino de 5a a 8a série em áreas de assentamento: ensaiando uma proposta.”en: \_\_\_\_\_. *Dossiê MST Escola – Documentos e Estudos 1990-2001*. Caderno de Educação. n. 13 – edição especial, Veranópolis:Iterra, 2005. p.137-158.

MST. “Princípios da Educação no MST.”en: \_\_\_\_\_. *Dossiê MST Escola – Documentos e Estudos 1990-2001*. Caderno de Educação. n. 13 – edição especial, Veranópolis:Itterra, 2005. p.159-180.

ROSENFELD, Denis Lerrer. *Democracia e MST*.Audiolivro. São Paulo: Universidade Falada, 2008.

SAVIANI, Dermeval. *Pedagogia no Brasil: história e teoria*. Campinas: Autores Associados, 2008.

VIA CAMPESINA. *Documentos Políticos de la Via Campesina*.Yakarta: Via Campesina, 2009.

VIA CAMPESINA *Biodiversidad y Recursos Genéticos*. Documento de la III Conferencia Internacional de La Via Campesina. Bangalore, Índia: outubro de 2000.

ISF –INGENIERIA SIN FRONTERAS. Boletim Informativo. *Naceel IALA Guaraní, una experiencia formativa de laVía Campesina enlaRegiónSudamericana*. Madri: s/d. 3p.

NIEMEYER, Carolina Burle de. Via Campesina: uma análise sobre sua gênese e processo de consolidação. *Raízes*. Campina Grande: vol. 26, nºs1 e 2, jan./dez. 2007. p. 59–70.

VIEIRA, Flávia Braga. *Dos proletários unidos à globalização da esperança: um estudo sobre articulações internacionais de trabalhadores*. São Paulo: Alameda, 2011.